

“COMO ESSA NUNCA TINHA VISTO!”¹⁴⁸ –
DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA MEDIANEIRA – A
IGREJA, O PODER MUNICIPAL E OS DEVOTOS

Francielle Moreira Cassol¹⁴⁹

Artigo recebido em: 26/03/2016.

Artigo aceito em: 14/04/2016.

Resumo:

A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças teve início na Bélgica, na década de 1920, com o cardeal Desidério José Mercier, um dos pioneiros da teoria da mediação, na qual Maria é venerada como mediadora das graças divinas. No Brasil, a crença na Mãe Medianeira expandiu-se a partir de sua devoção no interior do Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente a partir da cidade de Santa Maria. Dito isso, o presente texto tem entre suas finalidades dissertar sistematicamente sobre a história da Romaria, refletir sobre sua patrimonialização, bem como analisar, em especial, as relações de poder que transformam um evento religioso em uma “mercadoria” para o turismo local.

Palavras-chave: Romaria – Devoção – Patrimônio.

¹⁴⁸ Relato do representante do Vaticano quando participou da Romaria da Medianeira. PORNÍNCULA, 2003, p. 7.

¹⁴⁹ Graduada e Mestre em História. Atualmente cursa doutorado na Universidade de Passo Fundo. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4418373Z3>. Integrante do Grupo de estudos de Memória e Cultura da UPF.

Abstract:

Devotion to Our Lady Mediatrix of All Graces began in Belgium in the 1920s, with Cardinal José Desiderio Mercier, one of the pioneers of the theory of mediation, in which Mary is venerated as a mediator of divine graces. In Brazil, belief in Mother Mediatrix expanded from their devotion inside the Rio Grande do Sul state, more precisely from the city of Santa Maria. That said, this text has among its goals systematically lecture on the history of the Pilgrimage, reflect on their patrimony, and to examine in particular the power relationships that transform a religious event into a "commodity" to local tourism.

Keywords: Pilgrimage – Devotion – Equity.

* * *

Introdução

Na segunda manhã de domingo do mês de novembro dos últimos oitenta anos, boa parcela da população santa-mariense e muitos romeiros e turistas de outras municipalidades é encontrada ocupando as ruas por onde passa a Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. Atualmente, as ruas pelas quais passa a imagem da Virgem são fechadas, e a multidão se aglomera desde a Catedral (Avenida Rio Branco) até o Santuário-Basílica (Avenida Medianeira). Por todo o trajeto da Romaria são instalados alto-falantes para que os romeiros acompanhem as orações e os cânticos. Além disso, durante o trajeto pela Avenida Medianeira, os atos de fé, devoção e outros se misturam às bancas do comércio alimentício e dos objetos diversos vendidos pelos camelôs. A missa na Catedral de Santa Maria/RS inicia por

volta das oito horas da manhã e, logo após, ocorre a procissão, que culmina na missa campal, realizada na Basílica, cerca das dez horas da manhã.

Em semana de Romaria da Medianeira a cidade “respira” a festividade, tanto nos setores devocional, político, econômico e cultural como no turístico. Por sua vez, os jornais locais diariamente noticiam reportagens sobre o evento religioso, suas mudanças e permanências, a festa católica, os horários das missas durante a semana, as histórias dos fiéis que relatam terem recebido graças e todo o trabalho em torno do evento principal que acontece no domingo. Entre as implicações que se pode perceber na cidade durante a semana de preparo para a romaria, atenta-se para a movimentação de pessoas externas ao município nos principais pontos turísticos, assim como no comércio santa-mariense. As ruas da cidade, para além das que fazem parte do trajeto da procissão, são mais limpas e enfeitadas com fitas azuis e brancas, cores da santa, e não apenas pelos comerciantes ou pelo poder municipal, mas também pelos próprios munícipes que se importam em deixar uma boa lembrança para os visitantes que vêm pedir ou agradecer a “mãe” Medianeira. Além disso, um grupo generoso de devotos se une no santuário Basílica da Medianeira a fim de confeccionar os doces, pães, salgados e velas que são comercializados nestes dias, objetivando juntar dinheiro para a paróquia.

Esse culto nasceu ainda na Europa; todavia, a partir do que foi pesquisado, levantamos que desenvolveu seu auge no Brasil, a partir da paróquia de Santa Maria, interior do Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, o culto foi trazido por um padre e difundido entre os jovens seminaristas santa-marienses. Logo em seguida, apenas alguns meses após ter chegado a este continente, irradiou por toda a cidade interiorana, atingindo em cerca de uma década a ser eleita a padroeira do Estado.

Nosso intento com este artigo consiste em dissertar sobre a constituição do processo de patrimonialização¹⁵⁰ da *Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira de*

¹⁵⁰ Segundo Iphan, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que entre outras medidas, institui o instrumento do tombamento, define em seu artigo 1º o conceito de Patrimônio Histórico e

Todas as Graças, de Santa Maria, através de sua repercussão na imprensa local durante o período que compreende os anos de 2003 a 2012. As questões essenciais deste trabalho referem-se à pesquisa dos bens imateriais, principalmente a manifestação romeira, que vem estimulando mesmo que ainda em pequena escala a reflexão acadêmica, e do progressivo processo de sua turistificação. Nesse contexto, registramos que a turistificação na qual apoiamos a ideia de que a presente Romaria esteja passando consiste no processo de implantação, implementação e/ou suplementação da atividade turística em espaços turísticos ou com potencialidade no turismo.

A ferramenta para esse trabalho deve ser o planejamento estratégico e integrado da atividade turística. Com isso, também buscamos desvelar a importância da Romaria para a cidade pelos seus aspectos históricos, sociais, religiosos, políticos e culturais, além de todo o conjunto ritualístico que a compõe. Nesse sentido, é evidente o cada vez mais intenso uso turístico e comercial do evento, assim como de seus símbolos, o que também nos mobiliza para a observação dessa característica. De certa forma, sua permanência e grandiosidade ajudam a atestar a importância do evento e, como derivação, auxiliam a observar sua representação para a história local

Artístico: constitui o patrimônio histórico e artístico o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Passados 51 anos, nos quais o País sofreu intensas e velozes mudanças, transformando-se de rural em majoritariamente urbano, a Constituição de 1988 relativiza a noção de excepcionalidade, substituída em parte pela de representatividade e reconhece a dimensão imaterial. A denominação Patrimônio Histórico e Artístico é substituída por Patrimônio Cultural. O conceito é assim ampliado de maneira a incluir as contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa mudança incorpora o conceito de referência cultural e significa uma ampliação importante dos bens passíveis de reconhecimento. O artigo 216 da Constituição Federal assim conceitua patrimônio cultural: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Disponível

em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Sendo assim, a patrimonialização consiste no processo por meio do qual os “bens” de um determinado grupo se constituem em patrimônios culturais. E, nesse contexto, deve-se deixar claro que os bens patrimonializados são sempre frutos de uma construção, de uma elaboração narrativa, simbólica, política, etc. Além disso, o processo de patrimonialização implica sempre em seleção.

como herança comum de um passado constituído por ações humanas, por ações dos agentes¹⁵¹. Sendo assim, o presente artigo se encontra estruturado da seguinte maneira: em um primeiro momento versa sobre o que é patrimônio imaterial e como a Romaria a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, de Santa Maria/RS, enquadra-se nesta categoria de análise; bem como, no segundo momento, apresenta a discussão desse fenômeno religioso que abarca outros setores sociais, assim como o campo do comércio e do turismo, miscigenando-se com este – assim também se ampliando e se tornando, a cada nova edição, mais grandioso e complexo.

Para isso, o estudo se encontra embasado, em seu referencial teórico, em bibliografia atualizada e pertinente sobre as seguintes temáticas: devoção, religiosidade católica, patrimônio, procissão, história local, turismo religioso, mercadologia, entre outros. Isso porque se optou pela corrente teórica da história cultural advinda da revista dos *Annales*, corrente esta que tem propiciado nas últimas décadas a ampliação das fontes históricas, assim como a resolução de novos problemas de pesquisa. Dito isso, a metodologia utilizada consistiu na leitura e reflexão da bibliográfica consultada e aplicada a uma realidade micro, ou seja, a Romaria a Nossa Senhora Medianeira, bem como na análise das fontes jornalísticas dos periódicos locais que retratam ao longo das décadas essa devoção.

A grandiosidade da festa em questão é atestada tanto pelo número de participantes que aumenta anualmente (chegando a trezentas mil pessoas nos últimos anos), quanto pela continuidade em que ocorre. Tal permanência ganha ainda mais destaque se pensarmos no contexto religioso conflituoso que marcou a história da “cidadela”. A própria bibliografia existente¹⁵² atenta para a grande animosidade entre católicos, luteranos e maçons. Os historiadores demonstram um quadro negativo para a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) até início do século XX, com

¹⁵¹ Cf. GUIDOLIN; WINTER & ZANOTTO, 2011, p. 198.

¹⁵² Cf. RUBERT (1957, 1977); PROBST (1989); BONFADA (1991); VÉSCIO (2001) e BIASOLI (2005, 2010).

sérios conflitos que tiveram seu clímax entre as décadas de 1870 e 1890¹⁵³. Nesse sentido, Borin (2011), em um estudo particular da Romaria, identifica Santa Maria como uma “cidade descrente”¹⁵⁴. Por outro lado, deve-se ressaltar que, neste mesmo período, entre as estratégias de “recatolização” empreendidas no estado, vemos com destaque o empreendimento e/ou controle de manifestações públicas de fé, como o que acontece nas romarias¹⁵⁵. Como destaca Biasoli¹⁵⁶, em Santa Maria não foi diferente:

As romarias em homenagem a Nossa Senhora Medianeira, iniciadas em 1930 com o patrocínio do clero diocesano santa-mariense, foram o resultado final de um longo processo, iniciado com um novo governo paroquial estabelecido em Santa Maria, a partir de 1896. A partir dessa data, a direção da paróquia coube aos padres da Pia Sociedade das Missões, chegados dez anos antes ao Brasil, os quais iniciaram um intenso combate, e mudaram as condições da religião e da Igreja locais (BIASOLI, 2010, p. 14).

Nas pesquisas de Marta Rosa Borin – *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república* (2010b); *Fabricando Identidade: estratégias e representações no campo religioso* (2010a), entre outras –, a autora busca reconhecer os procedimentos e estratégias que levaram à afirmação do catolicismo no Rio Grande do Sul e em Santa Maria no primeiro quartel do século passado, por meio da pesquisa em fontes de periódicos. Para isso, a autora destaca três iniciativas da Igreja santa-mariense que foram utilizadas na construção da identidade católica do Estado, a saber: a comemoração de “falso” centenário, a alteração de uma insígnia pública municipal e a propagação da devoção mariana.

¹⁵³ A Pia Sociedade das Missões governou a paróquia local entre os anos de 1896 e 1937. Os vinte primeiros anos desse governo, até o final da década de 1910, foram o período dos principais conflitos. Todavia, antes de 1920 já era possível perceber as primeiras mudanças no contexto local em relação à Igreja católica.

¹⁵⁴ Cf. BORIN, 2011.

¹⁵⁵ Mais sobre o assunto conferir principalmente os seguintes autores: Biasoli (2010), Boreli (2007) e Borin (2010a, 2010b, 2011).

¹⁵⁶ Usamos Biasoli em todos os momentos em que tratamos da história da Igreja em Santa Maria.

Em sua pesquisa, Borin mostra-nos uma Santa Maria plural, em termos de religiosidade, no início de século XX, bem como uma Igreja Católica em busca de afirmação enquanto instituição privilegiada com relação às demais¹⁵⁷. Quanto à comemoração do “falso” centenário a autora afirma que

os agentes sociais do clero, ao manipular uma data comemorativa em favor da Igreja estavam tentando legitimar a preponderância católica na cidade perante seus concorrentes. Essa comemoração, por outro lado, contribuiu também para a construção da memória coletiva da cidade (BORIN, 2010a, p. 6).

Entretanto, essas estratégias de afirmação da Igreja se deram em um contexto que era permeado por adversários/concorrentes, tais como os maçons e os metodistas, que criticavam e ridicularizavam os dogmas da Igreja, a veneração às imagens e as procissões.

Quanto às questões religiosas, é provável que com a imigração de alemães, durante o decorrer do século XIX, estes tenham retraído as ações da Igreja Católica que, no período, ainda não se encontravam bem estabelecidas na região. Segundo Flôres¹⁵⁸, a fé católica ainda não era tão bem sedimentada, pois bem antes da edificação de uma Catedral católica (início do século XX) os alemães já haviam erguido a primeira Igreja Evangélica de Santa Maria (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB), em 1873. Não obstante, as influências religiosas no município de Santa Maria só se ampliaram com o passar do século XIX para o XX. Sobre a vinda intensa e contínua dos imigrantes, afirma Isaia:

Não terminou aí a corrida de estrangeiros a Santa Maria, nem o mosaico de culturas e etnias em que se vinha caldeando a sociedade local. Antes, durante e depois da I Guerra Mundial (1914-1918), grupos isolados de espanhóis, poloneses, gregos, húngaros, russos, suecos, ingleses e até

¹⁵⁷ Com o advento da República a Igreja Católica perdeu seus privilégios, visto que a Nova Ordem Constitucional Brasileira previa a liberdade de culto, contexto em que a Igreja foi vista como retrógrada.

¹⁵⁸ Cf. FLÔRES, 2009, p. 21.

algumas famílias do Uruguai e da Argentina, acabaram por adotar a cidade de Santa Maria. A causa óbvia: “a Cidade Ferroviária”, como passou a ser conhecida [...] em todo o Brasil, era ponto obrigatório de parada ou de passagem dos trens que cortavam os quatro cantos do rio Grande. (1985, p. 81-83).

Sobretudo Borin (2010b) contribui a essa pesquisa ao analisar a construção e a afirmação da identidade católica, por meio da propagação da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, que foi difundida a partir de 1928 pelo então seminarista jesuíta Inácio Rafael Valle. Através da fé e da manipulação por meio de novenas e romarias, a Igreja encontrou os elementos para legitimar a religião na cidade de Santa Maria. Pouco depois essa devoção se expandiu para o contexto estadual, visto que Medianeira se tornou já em 1943 a Padroeira do Estado do Rio Grande do Sul. Sobre a Romaria, Borin afirma: “a devoção à Medianeira possibilitou a Santa Maria o mérito de dar o maior presente cristão ao Estado: uma padroeira. E isso significava que, com este capital simbólico, Santa Maria tornava-se um centro de peregrinação de católicos” (2010b, p. 8). Ainda sobre a questão da conquista de hegemonia e legitimidade no campo religioso, a autora pontua:

essas posições nos mostram que, se o campo das crenças não é uma estrutura morta, mas um espaço de jogo, nele se definiam as disposições dos agentes sociais, em fazer predominar seus interesses e cada qual reage nesse processo com o aparato que lhe confere mais reconhecimento (BORIN, 2010b, p. 9).

A manifestação religiosa representada pela devoção a Nossa Senhora Medianeira e pela romaria em sua honra remete a diferentes atores sociais e contextos socioculturais em que ela se produz. Os significados desse ritual estão perpetuados nas lembranças dos que dela participam ou participaram, nos objetos que a partir dela surgiram ou tomaram novos significados, nos espaços que dela fazem ou fizeram parte, entre outros. Portanto, acreditamos que por sua contribuição, especificidade e originalidade no cotidiano dos devotos, bem como pelo reduzido número de pesquisas no cenário regional que tenham abordado esse evento religioso, que esse

estudo é relevante na medida em que propiciará uma análise sociocultural da devoção que conquistou o Estado do Rio Grande do Sul. E, da mesma forma, por abranger elementos da cultura devocional cristã que permeiam o cotidiano de inúmeros fiéis e matizam, como decorrência, suas ações de adoração religiosa, além de muitos dos outros empreendimentos cotidianos, marcados pelas concepções de mundo e de como agir sobre o mundo decorrentes da crença na santidade e na intermediação mariana.

“Como essa nunca tinha visto¹⁵⁹”: romaria de Nossa Senhora Medianeira como Patrimônio Cultural Imaterial

Fundamentado no cotidiano das comunidades e vinculado aos seus territórios e às suas condições de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos formadores de sua identidade. Contudo, destacamos, parte desse patrimônio e dos elementos que compõem a própria romaria que são transmitidos de geração em geração se transformam/atualizam/modificam num processo dinâmico e adequado ao contexto vivenciando em cada momento histórico. Segundo Borin (2010), podemos analisar a história desses momentos históricos subdividindo-os em ao menos três diferentes períodos, a saber: um primeiro momento que ocorre entre os anos 1930 e 1960, período ao qual o catolicismo se fixa – é o momento em que ocorre uma espécie de reconquista do espaço do sagrado, assim como dos fiéis; um segundo momento entre os anos 1960 e 1980, recorte temporal em que a relação entre a Igreja e os devotos possui novos contornos e agentes. Além disso, o próprio perfil das Romarias se modifica, passando pelo processo de patrimonialização por meio dos patrimônios edificados; e um

¹⁵⁹ PORNIÍNCULA, 2003, p. 7.

terceiro momento iniciado na década de 1990, que se estende até os dias atuais, período que também passa por mutações nas relações entre a Igreja, os agentes e a Romaria. De todo modo, considerar tal dinamicidade (importante em nosso recorte de pesquisa) não diminui a consideração de que a Romaria, em seu momento de criação, ou seja, no início da década de 1930, foi importante para a formação de grande parcela da identidade santa-mariense.

Para Candau, “memória e identidade são indissociáveis, se reforçando mutuamente desde a sua emergência até sua inevitável dissolução” (2011, p. 19). Além disso, o número de romeiros que a cada ano participa do evento, sua periodicidade e permanência, a tradição passada entre gerações de família, a modificação da cidade durante a semana de romaria e as experiências de vida derivadas da participação no ritual demonstram o quão importante esta foi e continua sendo para a cidade de Santa Maria, bem como para as pessoas que dela participam, tratando-se atualmente de uma das maiores expressões do Patrimônio Cultural Imaterial do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Defendemos que “é na dinâmica da identidade que se constitui o patrimônio, são as pessoas, a paisagem, o espaço quem irá definir o que é o patrimônio local” (MONTENEGRO, 2012, p.22). Assim, torna-se necessário explicitar o entendimento de que o *Patrimônio Cultural Imaterial* consiste nas criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social; ora, nesse contexto, entende-se tradição no sentido de “dizer através dos tempos”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo-se para o grupo em questão um vínculo do presente com o passado¹⁶⁰.

¹⁶⁰ IPHAN. *Resolução nº 001*, de 03 de agosto de 2006. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf

Para Del Priori (2000, p. 10), a romaria, seja ela sagrada ou profana, pode sintetizar os sentimentos das pessoas. Com isso, a metodologia para o estudo de fenômenos que têm como objeto a festa deve ser refletida para que a cultura de uma comunidade possa ser investigada objetivamente, sem inferências do pesquisador. Sendo assim, o estudo da festa – Romaria a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, nesse caso – pode proporcionar a descoberta do porquê e o quê ainda se festeja. Para Geertz (1989, p. 142) é necessário fazer a análise teórica da ação simbólica da religiosidade para que se possa enfrentar aspectos da vida social e psicológica. Segundo o autor, um dos problemas encontrados na metodologia do estudo de fenômenos religiosos é manter um olhar neutro com relação ao caráter laico e devocional de um determinado grupo (GEERTZ, 1989, p. 103). Decorre dessa compreensão a assertiva de que o historiador deve buscar um olhar neutro, sensível e crítico da história, sempre problematizando os dados obtidos durante a pesquisa, as ações e as significações legadas pelos agentes aos seus atos devocionais.

Segundo Farinha (2012, p. 19), cada prática de religiosidade tem sua significação própria, sentido esse que pode “fugir” do controle institucional e do significado teológico. Essa referência é fundamental para o entendimento da dinâmica das práticas culturais imateriais religiosas. As manifestações de religiosidade são produtos que possuem origens variadas, algumas vezes institucionalizadas, mas sempre vivas (!) e tornadas significativas na prática das pessoas que dela participam.

A respeito da classificação do patrimônio brasileiro, hoje ele se encontra dividido em duas categorias: *material* e *imaterial*. O patrimônio material é composto por um conjunto de bens classificados de acordo com sua natureza e registrados em quatro Livros Tombo: *Arqueológico paisagístico e etnográfico*; *Histórico*; *Belas Artes*; e *Artes Aplicadas*. Já o patrimônio imaterial é salvaguardado de acordo com outros livros-registro: o *Livro dos Saberes*; o *Livro das Celebrações*, o *Livro das Formas de Expressão*; e o *Livro dos Lugares*¹⁶¹.

¹⁶¹ Cf. TRAZZI, 2008, p.12-13.

Feito esse breve histórico, é necessário destacar a questão da subdivisão entre patrimônio material (PM) e imaterial (PI). Quando se trabalha com o patrimônio imaterial deve-se possuir a compreensão de que este não existe sem algum tipo de materialidade ou lugar de memória, com o qual se concretize ou ao menos se estabeleça uma relação de dependência. Para Nora (apud GONÇALVES, 2012, p. 32), “os lugares de memória são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, nisso diferindo somente quanto ao grau: os três aspectos coexistem sempre”. Além disso, os lugares de memória são, antes de tudo,

restos [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (GONÇALVES, 2012, p. 32).

Não obstante, ainda de acordo com Nora, o lugar de memória supõe a justaposição de duas ordens de realidade:

uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum [...] Cabe aos historiadores analisar essa e ‘qualquer coisa’, de desmontar-lhes o mecanismo, de estabelecer-lhes os estratos, de distinguir-lhes as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer (1993, p. 226).

No caso da Romaria da Medianeira, apoiamos a ideia de que esta se constitui em um patrimônio imaterial; entretanto, ela não existiria sem a cidade ou sem o seu

local de referência, que nesse contexto é o conjunto de ruas por onde passa a procissão, seu auge litúrgico na Basílica da Medianeira e em menor escala o Altar Monumento. Por outro lado, na percepção de quem vive o patrimônio essa dicotomia (PM X PI) não existe, visto que, mesmo sem o material (Basílica, quadro de Nossa Senhora Medianeira, Altar Monumento, etc.), os atores sociais ainda possuiriam referenciais para se dedicarem ao seu bem maior: a fé em Nossa Senhora Medianeira. Ainda sobre a diferença entre Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial defende-se que:

Não há dúvida de que as expressões patrimônio Imaterial e bem cultural de natureza imaterial reforçam uma falsa dicotomia entre esses bens culturais vivos e o chamado patrimônio material. Por outro lado, contudo, com essa definição, delimita-se um conjunto de bens culturais que, apesar de estar intrinsecamente vinculado a uma cultura material, não vinha sendo reconhecido oficialmente como patrimônio nacional (IPHAN, 2010, p. 17).

Nesse contexto, o que se entende por Patrimônio Imaterial se encontra em acordo com a Convenção para a salvaguarda de 2003 da UNESCO (que foi ratificada pelo Brasil em março de 2006), que:

Entende por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p. 35).

O campo do patrimônio tem hoje entre seus principais referenciais o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, assim como o Decreto Lei N°. 25 de 1937 que, como mencionado, cria o atual IPHAN e institui, a partir daí, o tombamento como principal meio para a preservação da memória social e do patrimônio histórico no Brasil. Além do decreto supracitado, acrescenta-se o Decreto N°. 3.551, do ano 2000, que cria o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial* e institui o Registro como principal instrumento de salvaguarda do patrimônio imaterial. Nesse contexto, deixa-se aqui

explícito que, diferentemente de outrora, quando o patrimônio era de responsabilidade somente do Estado, a salvaguarda do patrimônio necessita atualmente de uma intensa relação entre Estado e sociedade. Silvestrin apoia a essa ideia e defende que:

Toda política pública se destina a atender a demanda de cidadãos, o que significa pensar na perspectiva de uma construção participativa das políticas, programas, ações, assim como garantir a participação da sociedade civil interessada na execução e acompanhamento dos projetos. No caso da política federal do patrimônio imaterial, a participação dos detentores, o grupo interessado é pressuposto de qualquer uma das suas ações (2012, p. 2).

Nesse sentido, o que elegemos como digno de ser considerado um patrimônio cultural deve ser algo passado de geração em geração, uma espécie de “bem precioso” a ser preservado e salvo, algo que temos como uma herança cultural.

Trabalhando com patrimônio, ou seja, um bem, algo de valor para determinada pessoa ou grupo, deve-se destacar que no patrimônio em si não existem valores *a priori*. O patrimônio se torna patrimônio por ter um conjunto de determinados valores para alguém, para determinado grupo, em relação a alguém. Então, a patrimonialização de algo consiste em um processo por meio do qual ele se constitui em um bem de todos ou de algum grupo específico; salientando que este é sempre uma construção, que é salvaguardado por sua responsabilidade em ser detentor da guarda da memória social. Ao falarmos em patrimonialização da Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, isso implica em deixarmos claro que o

processo de patrimonialização implica sempre em seleção. Ou seja, dizer que algo é patrimônio significa assumir que, diante de um universo imenso de bens culturais, foram somente eleitos alguns para ser patrimônio. Isso quer dizer que eles possuem um valor diferente dos demais. E a dotação desse valor é feita a partir de critérios específicos, que também variam de acordo com a natureza do bem, com as políticas institucionais, com as

concepções de patrimônio cultural vigentes, com grupos sociais envolvidos. E isso nos coloca uma questão importante, que gera no senso comum, muita confusão: patrimônio cultural não é sinônimo de cultura. É, ao contrário, uma especificidade dela, um recorte dentro de seu campo – o patrimônio cultural sempre é cultura, mas nem toda prática ou bem cultural é patrimônio (KNACK, 2007, p. 47).

Assim, dentro do campo da cultura e por meio da história cultural elegemos o que é importante (entre tantas outras coisas existentes) de se preservar para o alcance das gerações futuras. O primeiro critério para que algo seja identificado como patrimônio diz respeito ao seu valor enquanto herança das gerações presente e passada, bem como o valor quantitativo de sua inscrição ao tempo. O patrimônio precisa possuir densidade histórica, assim como ser merecedor da aplicação do conceito de continuidade histórica. Ou seja, o bem em questão deve ser uma prática cultural que persista no tempo e tenha potencial em continuar para além das mudanças, mantendo, na medida do possível, uma base fundante e seus valores referenciais.

Desse modo, ao pensarmos sobre os conceitos de cultura e de Patrimônio Cultural Imaterial, assim como de suas implicações práticas, tem-se de se ter em mente algumas indagações relevantes acerca dos usos políticos da cultura. Ora, no estudo da cultura os significantes não são sintomas ou conjuntos de sintomas, mas atos simbólicos ou conjuntos de atos simbólicos, e o objetivo é a análise do discurso social (GEERTZ, 2008, p. 18). No caso de pensarmos sobre a Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças enquanto Patrimônio Cultural Imaterial local e/ou regional, pode-se refletir primeiro sobre: De quem é a Romaria? Das pessoas que naquele ano a promoveram? Dos especialistas rituais da Romaria? Das pessoas que “nos bastidores” da Romaria a organizaram e a montaram? Do coletivo em nome do qual a festa é realizada? Ou é de todos e de ninguém?

A Romaria tem um núcleo formal que a organiza, mas que ao mesmo é variável ano a ano. Fora isso, o grau de envolvimento dos distintos grupos que

formam o coletivo de romeiros é diferenciado, assim como os próprios protagonistas atuais, uma vez que tivemos outros antes e provavelmente teremos outros futuramente. O Patrimônio Cultural Imaterial deve, assim, trabalhar com pessoas reais, tendo de ser um exercício de multiplicação de protagonistas, praticando a polifonia e renunciando ao monólogo. Pensar/falar em patrimônio deve gerar uma visão que abra, que articule as similitudes e os diálogos das diversas identidades existentes dos inúmeros atores sociais. Refletir sobre patrimônio deve nos levar a uma prática de mobilização das pessoas e não de imobilizar a cultura ou o próprio patrimônio.

Em primeiro lugar, pensar/refletir sobre o Patrimônio Cultural Imaterial vislumbrado na Romaria e na devoção à Medianeira pressupõe entender que o patrimônio é uma *herança* e, sendo assim, necessita de uma longa inscrição no tempo; é cabal para isso, então, que possua *densidade histórica*, ou seja, o “bem” necessita possuir *continuidade histórica*. O patrimônio, para ser visto como tal, também deve ser possuidor de um *caráter coletivo*, deve ser identificado por sua representatividade da coletividade. Ora, o patrimônio é sempre um “bem” de um grupo de indivíduos que só pode ser pensado dentro de uma comunidade, um grupo social, um segmento, uma base social. O “bem” só se transforma em patrimônio, material ou imaterial, quando é reconhecido pelo grupo como parte inseparável de sua identidade, de sua história e de sua memória.

Trabalhar com a devoção de um grupo de romeiros e outras pessoas que participam do evento enquanto expressão do patrimônio desses grupos implica perceber que esse “bem” deve ter como critério seu papel e seu valor enquanto transmissor de algo importante entre gerações. Trata-se de outro preceito adotado pelo IPHAN, que diz respeito à *transmissão geracional* (além disso, o bem deve existir no mínimo há três gerações, o que equivale a aproximadamente 75 anos). Nesse contexto, para que a Romaria e a devoção à Nossa Senhora Medianeira sejam verdadeiramente patrimônio – segundo os pressupostos do IPHAN –, estas devem

sempre estar inseridas em uma dinâmica de transmissão entre as gerações. Em outras palavras, deve existir em alguma medida um processo de transferência de conhecimentos, técnicas, sentidos, valores e memórias associado ao bem cultural; algo que venha dos mais velhos para os mais novos, o que, nesse contexto, geralmente ocorre por meio da oralidade.

O estudo do Patrimônio Cultural Imaterial pressupõe incorporar ao campo tradicional do patrimônio a dimensão do presente, das práticas culturais que estão e são vivas, do cotidiano, da sincronia, das pessoas presentes nesse processo. Não obstante,

assim como a memória, o patrimônio histórico é uma representação do passado ancorado em experiências relativas ao contexto vivido no presente e com uma projeção futura. Não é um objeto destinado apenas a preservar o passado, mas caracteriza o presente e, possivelmente, constrói um ideal para o futuro (KNACK, 2007, p. 23).

Essa é uma característica que distingue o patrimônio imaterial do restante, o seu *caráter dinâmico e processual*¹⁶². Isso porque “as práticas culturais se deslocam com as pessoas, seguem o ritmo das migrações, ocupando territórios diversos em extensão e características”¹⁶³.

Mutação do patrimônio imaterial: a mercadilização e turistificação da Romaria da Medianeira

¹⁶² A manutenção de elementos estruturantes de um bem cultural ao longo do tempo é importante, inclusive para que se possa reconhecê-lo como tal e identificar a sua continuidade. Esses elementos, entretanto, podem ser reelaborados, reinventados dentro de contextos e processos específicos sem que o bem perca, necessariamente, seu valor como patrimônio. Até mesmo porque aquilo que se entende como “elemento estruturante” não se refere exclusivamente às características pontuais – como seria um adereço, o uso de um instrumento ou uma marcação coreográfica-, mas a processos, relações de significados e pertinência que se estabelecem no seio das dinâmicas culturais. (SILVESTRIN, 2012, p. 12)

¹⁶³ IPHAN; SILVESTRIN, Mônica Luciana. *Patrimônio Imaterial: fortalecendo o sistema nacional*. IPHAN, 2013, p. 19.

A presente seção objetiva analisar a Romaria enquanto Patrimônio Imaterial, bem como sua possível mercadilização por meio da migração para o campo do turismo, que se apresenta hoje como uma nova possibilidade de leitura do evento-devoção, ou seja, perceber nesse contexto o processo por meio do qual alguns agentes apropriam-se da devoção e da Romaria para delas tirar proveito. Sendo assim, este visa investigar a Romaria da Medianeira de Todas as Graças, em Santa Maria/RS, buscando averiguar se hoje ela tem se caracterizado como um patrimônio turístico e/ou como um patrimônio não-mercadilizado, tendo em vista que parece oferecer possibilidade para as duas interpretações. Nesse contexto, algumas das perspectivas de leitura da Romaria apresentadas a seguir consistem na investigação de pontos comerciais durante o dia da procissão, a Romaria como evento turístico, dando um enfoque especial aos doces (profanos ou sagrados) comercializados antes e durante o acontecimento e o caráter multifuncional do turismo religioso¹⁶⁴.

O turismo religioso ocorre quando a festividade, o lazer e o consumismo transcendem o campo do sagrado, da espiritualidade, encontrando-se na junção de vários elementos, como as culturas popular, urbana e religiosa, presentes todos eles em apenas um local. Para Andrade, denomina-se como turismo religioso o conjunto de atividades com a utilização parcial ou total de equipamento e a realização de visitas e receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões (2000, p. 77). Dito isso, entende-

¹⁶⁴ No Brasil, a obrigatoriedade histórica de uma religião oficial durante a colônia até o fim do império foi o fator primordial para manutenção dos valores católicos em toda extensão do território brasileiro. Em países de formação religiosa católica, a dinâmica que caracterizou a sua formação tem características que os fizeram diferentes entre si, apesar de terem as origens comuns na Igreja Católica Apostólica Romana. Essas diferenças foram construídas inicialmente a partir da instalação de Ordens Religiosas (Salesianos, Franciscanos, Beneditinos, entre outras), que fizeram sedimentar este ou aquele aspecto da religiosidade local ou regional, os quais com o passar dos anos e séculos, tornaram-se características culturais das comunidades. O turismo religioso, portanto é uma das modalidades do turismo brasileiro que mais tem se desenvolvido devido a vários fatores, dentre os quais se pode citar: a formação histórica do povo brasileiro, ligada diretamente à Igreja Católica, e a diversidade de organizações religiosas católicas que se estabeleceram no país nestes 500 anos. Nas principais cidades históricas do Brasil, os principais atrativos são as igrejas construídas em diversas épocas da colônia e do império, construções que estão ligadas à história da população local em cada cidade (Disponível em: <<http://br.geocities.com/geoturuff/turismoreligioso.html>>).

se que a conexão turismo-religiosidade é nodal para se refletir sobre algumas das mudanças culturais mais amplas da sociedade. Para Steil (1998), o significado do turismo religioso se dá quando o sagrado migra como estrutura para o cotidiano, para as atividades festivas, o consumo, o lazer, quando, enfim, os turistas passam a vivenciar esses eventos, como as páscoas e os natais, não mais somente vinculados às tradições religiosas, mas como uma experiência singular, espiritual e ao mesmo tempo consumista. Diversos grupos de sujeitos frequentam os mesmos espaços, já que celebrações dessa natureza incitam os mais diferentes públicos.

A simples atração pelo festejo gera uma demanda para a localidade em que ocorre, seja em uma área urbana ou rural, pois também esta será conhecida e lembrada pelo evento (Cf. RIBEIRO, 2004, p. 48). Sendo assim, o turismo religioso funcionará ou não como uma forma de estímulo à construção de uma identificação positiva da comunidade, configurando-se como uma fonte de autoestima para ela. Nesse percurso, pretende-se perceber que a forma de se relacionar que visitantes e habitantes, bem como romeiros e turistas, desenvolvem com o ‘bem’ cultural (Romaria) é fundamentalmente diverso.

Um local de romaria vai se transformando em receptivo turístico na medida em que o processo mais amplo de modernização avança, criando condições, serviços e representações sociais e simbólicas do turismo que lhe deem sustentação. A visita ao templo ao pagar a promessa, a viagem para a realização de um milagre, de devoção, tudo se transforma em turismo. Dessa forma, o turismo se afirma não somente como fenômeno de consumo, mas também como fenômeno de produção. Essa maneira de conceituá-lo permite incorporar ao debate tanto a noção de produto turístico como a figura dos agentes produtores. As transformações ocorridas na Romaria da Medianeira, fazendo-a não só um patrimônio imaterial, mas um lugar de atrativo turístico, propicia diversificação de negócios, os transportes se multiplicam, as empresas de ônibus e áreas criam e revitalizam novas e antigas rotas, surgem mais empregos, o comércio cresce, enfim, uma série de mudanças passa a ocorrer, o que

pode significar a revitalização da economia local de muitos municípios de pequeno e médio porte no Brasil (SILVEIRA, 2007).

A capa do jornal de 08 de novembro do ano 2000 anunciava umas das possibilidades de leitura do evento religioso-cultural e turístico com a expressão: “Romaria também é festa”¹⁶⁵, na qual constava uma imagem dos tradicionais doces comercializados durante e depois da procissão. Entretanto, por trás do destaque aos doces o jornal também enfatiza a presença das pessoas que auxiliam na preparação para a Romaria e para o seu comércio, informando que, naquele mês, cerca de 30 mulheres prepararam 22 mil doces, 150 tortas e 600 cucas. Além disso, 1500 voluntários estavam preparando a liturgia, a divulgação, a infraestrutura, a alimentação e a organização da Romaria como um todo.

Para esses voluntários a Romaria da Medianeira é um dever, uma “boa obrigação”, um tempo de festa de trabalho, afinal, a Igreja os ensina que é muitas vezes por meio do trabalho duro que se chega a Deus, ou que se consegue o que se precisa dele na vida terrena. Segundo Amaral, o

tempo de festa [...] é basicamente o tempo disponível depois de terem sido cumpridas as obrigações para com o trabalho. Mas para diversas pessoas a festa é também um tempo de trabalho – mesmo que seja trabalho voluntário, de lazer e de caráter tradicional de obrigação religiosa e sócio familiar (1998, p. 20-21).

Pode-se inferir que durante a Romaria da Medianeira existam ao menos duas ou três formas diferentes de comércio: o comerciante da abadia, que faz e vende dando os lucros para a Igreja; o comerciante ambulante, que vende várias coisas, mas sem a autorização da Prefeitura ou da Igreja; e, por fim, o comerciante que compra um lote da Prefeitura para vender seus produtos legalmente, mas para o seu sustento, não ajudando a Igreja com a sua renda.

¹⁶⁵ JORNAL A RAZÃO. *Romaria também é festa*. Ano 66, n. 339, 8 nov. 2000, Capa.

Por sua vez, quando se trata do comércio de doces na Romaria, que acontecem desde seu início e hoje são bastante tradicionais, a divisão da comercialização pode ser vista a partir de ao menos dois pontos distintos, já que os jornais enfatizam bastante os doces feitos pelas voluntárias da Basílica da Medianeira, como se oromeiro não pudesse participar do evento sem ao menos comer um dos doces, mas de preferência que também os levasse para casa. Até mesmo os padres da Basílica benzem estes doces e relatam as bênçãos a quem os compra. Sendo assim, é possível inferir que os outros doces, os que são comercializados por ambulantes ilegais ou em estandes localizadas no decorrer do percurso da Romaria, seriam menos “sagrados” dos que o que a Igreja comercializa.

Considerações finais

A romaria em homenagem a Nossa Senhora Medianeira é muito mais do que um ato religioso; é uma celebração esperada, vivida e comemorada por diferentes atores com as mais diferentes motivações. A presente proposta de pesquisa se fundamenta na premissa de que, nos dias atuais, os fenômenos religiosos tomam maior proporção e novas problematizações e, assim, há uma motivação por parte dos historiadores contemporâneos de reaprendê-los, reordená-los e repensá-los dentro de novos referenciais teóricos e metodológicos.

Analisar os deslocamentos do fenômeno religioso de seu *habitat* primordial, ou seja, o espaço primeiro onde o fenômeno nasceu e se desenvolveu, para outros lugares e tempo através das práticas tecidas pelos campos sociais e culturais, as representações e a patrimonialização do evento a partir da imprensa foram o nosso foco. Também buscamos reconhecer as identidades dos grupos sociais participantes da Romaria como agentes na construção e transformação do ambiente sociocultural e patrimonial do município. Visamos investigar a argumentação teórica acerca dos

conceitos como representação, memória, cultura, patrimônio e Patrimônio Cultural Imaterial e sua inter-relação com o festejo da Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, avaliando a importância da segunda como formadora da identidade dos romeiros.

Referências

AMARAL, Rita. **Festa à brasileira, sentidos de festejar no país que “não é sério”**. São Paulo: eBookLibris@2001, 1998.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo, fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

BIASOLI, Vitor O. F.. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: UFSM, 2010.

_____. **O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte** (Rio Grande do Sul - 1870/1920). 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1991.

BORELLI, Viviane. Da Festa ao cerimonial midiático: as estratégias de midiaticização da Teleromaria da Medianeira pela Rede Vida. Tese (**Doutorado em Ciências da Comunicação**) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

BORIN, Marta Rosa. Fabricando Identidades: estratégias e representações no campo religioso. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2010, Santa Maria. **Anais Eletrônicos X Encontro Estadual de história**. Santa Maria: UFSM/UNIFRA, 2010a. v. 1. p. 1-13.

_____. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino Americano. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010b.

_____. A devoção popular em benefício do político (anos de 1930). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2011.

- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- FARINHA, Alessandra Buriol. **Senhora das Águas**: Memória da antiga Procissão de Navegantes do porto de Pelotas – RS. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- FLÔRES, João Rodolpho Amaral. *O Pragmatismo político dos ferroviários Sul Rio Grandenses* – com foco na cidade de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2009, p. 21
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- _____. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da cultura. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Revista Historiae**. Rio Grande, n. 3, 2012.
- GUIDOLIN, Camila; WINTER, Murilo; ZANOTTO, Gizele. Plasticidade ritual: um estudo de caso das romarias de Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Patrimônio, memória e poder**: reflexões sobre o patrimônio em Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus bois-princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003-2010)**. Brasília: IPHAN, 2010.
- ISAIA, Artur Cesar. **Os 80 anos do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo (1903-1983)**. Santa Maria: Gráfica e Editora Pozzati, 1985.
- JORNAL A RAZÃO. **Romaria também é festa**. Ano 66, n. 339, 8 nov. 2000.

KNACK, Eduardo R. J.. **Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico**: Passo Fundo, RS. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

MONTENEGRO, Monica. **¿Lugares sagrados o sitios arqueológicos?** Reapropiación de paisajes culturales como patrimonio local, a partir de propuestas de arqueología pública en el Noroeste Argentino. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PORNIÍNCULA, Bruna. A maiores de todas as romarias. Organizadores afirmam que procissão de Nossa Senhora Medianeira reuniu 300 mil fiéis. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria/RS, Ano 2, n. 436, 2003.

RIBEIRO, Marcelo. Festas Populares e turismo cultural – inserir e valorizar ou esquecer. **Passos**: Revista de turismo y patrimônio cultural, v. 2, 2004.

RUBERT, Arlindo. **A Diocese de Santa Maria**. Porto Alegre, 1957.

_____. **Clero secular Italiano no Rio Grande do Sul**. Santa Maria, 1977.

_____. História da Igreja no Rio Grande do Sul – época Imperial (1822-1889). Vol. II, **Coleção Teologia** – 13. Porto Alegre, 1998.

SILVEIRA, Emerson Sena da. **Por uma sociologia do turismo**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

SILVESTRIN, Mônica Luciana. **Patrimônio Imaterial**: fortalecendo o sistema nacional. IPHAN, 2012.

STEIL, Carlos Alberto. **Peregrinação e turismo**: o Natal em Gramado e Canela. In: REUNIÃO ANUAL DE ANPOCS, 22, 1998. Anais do XXII Reunião Anual de ANPOCS, 1998.

TRAZZI, A. (Coord.). **Educação patrimonial**: olhar o passado para entender o presente e projetar o futuro. Espírito Santo: Petrobras, 2008.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Imaterial**. Paris, 2003.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório**: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928). Santa Maria: Ed. UFSM, 2001.